

Mesão Frio, a Porta do Douro

MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO

Relatório de Contas 2014

Índice

Introdução	
1.1. Introdução	4
1.2. Metodologia	7
2. Organização do Município	8
2.1. Assembleia Municipal – Órgão Deliberativo	8
2.2. Câmara Municipal – Órgão Executivo	9
3. Organização dos Serviços Municipais	9
4. Participações do Município de Mesão Frio	11
4.1. Participações Societárias em 31 de Dezembro de 2014	11
4.2. Outras participações em 31 de Dezembro de 2014	11
5. Orçamento Inicial versus Final e Execução	11
5.1. Orçamento Inicial versus Final e Execução	13
5.2. Alterações e Revisões ao Orçamento	13
5.3. Equilíbrio Orçamental	14
5.4. Movimentos Orçamentais	15
6. Processo Orçamental	16
6.1. Receita	16
6.1.1. Evolução Global da Receita	16
6.1.2. Receita Corrente	16
6.1.3. Receita de Capital	19
6.1.4. Análise da Dívida do Município	26
6.1.5. Resumo dos Fluxos de Caixa	28
7. Análise Económico-Financeira	30
7.1. Balanço	30
7.2. Ativo	31
7.2.1. Imobilizado	31
7.2.2. Circulante	31
7.2.3. Acréscimos e Diferimentos – Ativo	31
7.2.4. Passivo	32
7.2.5. Empréstimos de Médio e Longo Prazo	32
7.2.6. Acréscimos e Diferimentos – Passivo	32
7.3. Demonstração de Resultados	32
7.4. Indicadores de Gestão Financeira Municipal	33
8. Notas ao Balanço e às Demonstrações de Resultados	35
8.1. Caracterização da Entidade	35
8.1.1. Identificação	35
8.1.2. Legislação	35
8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva	36
8.1.4. Descrição Sumária das Atividades	36
8.1.5. Recursos Humanos	36
8.1.6. Organização Contabilística	36
8.1.7. Outras informações consideradas relevantes	37
8.2. Notas ao Balanço e às Demonstrações de Resultados	38
8.2.1. Derrogação das Disposições do POCAL	38
8.2.2. Valores Comparativos	38
8.2.3. Critérios Valorimétricos	38
8.2.6. Comentário às Contas 43.1 e 43.2	39
8.2.7. Movimento de Ativo Imobilizado	39
8.2.8. Desagregação de cada uma das Rubricas dos Mapas Antecedentes	40
8.2.9. Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para, financiar imobilizações	40
8.2.13. Regime de Locação Financeira	41

8.2.14. Bens do Imobilizado que não foi possível valorizarem, com indicação das razões dessa impossibilidade	41
8.2.15. Bens de domínio público que não são objeto de Amortização e Indicação das Respetivas Razões	41
8.2.16. Identificação das Entidades Participadas	41
8.2.17. Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria	41
8.2.18. Indicação das modificações da conta “Outras Aplicações Financeiras”	42
8.2.19. Diferenças relevantes dos Custos de Elementos do Ativo Circulante	42
8.2.20. Atribuição a Elementos do Ativo Circulante de Valor Inferior ao seu Valor de Mercado	42
8.2.21. Indicação / Justificação das provisões extraordinárias de elementos do Ativo Circulante	42
8.2.22. Valor Global das Dívidas de Cobrança Duvidosa	42
8.2.23. Valor das dívidas de e ao Pessoal da Autarquia	42
8.2.24. Obrigações e Outros Títulos Emitidos	43
8.2.25. Dívidas na conta “Estado e Outros Entes Públicos”	43
8.2.26. Descrição Desagregada das Responsabilidades, por Garantias e Cauções prestadas e Recibos para Cobrança	43
8.2.27. Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas	43
8.2.28. Explicação e Justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 “Fundo Patrimonial” constante no Balanço	44
8.2.29. Demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas	44
8.2.30. Demonstração da Variação da Produção	45
8.2.31. Demonstração de Resultados Financeiros	45
8.2.32. Demonstração de Resultados Extraordinários	46
8.2.33. Informações Relevantes	46
9. Proposta de Aplicação de Resultados	46

Introdução

O relatório de gestão, apresenta-se como o primeiro volume que compõe a prestação de contas do Município de Mesão Frio, do ano de 2014. Os princípios contabilísticos subjacentes à elaboração da prestação de contas anual são os previstos no POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações.

Ao longo deste documento será apresentada uma análise da situação económica e financeira do Município de Mesão Frio a 31 de dezembro de 2014, centrada nas áreas patrimonial, orçamental e de resultados, reportando os níveis de endividamento, de equilíbrio conjuntural e estrutural e o posicionamento face aos objetivos estabelecidos por via do Orçamento de Estado (OE) de 2014.

A análise a um documento de gestão autárquica não poderá ser dissociada do contexto de acentuada crise económica e social do país.

Os Municípios vêem-se confrontados com uma inaceitável ingerência na sua autonomia administrativa e financeira. O Poder Local Democrático, legitimado pela Constituição da República Portuguesa, está fortemente condicionado na sua atuação e capacidade de resposta perante problemas concretos, quer por via dos cortes de financiamento a que as Autarquias Locais estão sujeitas e que se repercutem numa consequente diminuição das suas receitas, quer por via de legislação – refira-se a título de exemplo a Lei dos Compromissos e as sucessivas Leis do Orçamento de Estado, que traduzem uma redução de recursos para os Municípios, bem como uma redução do número de trabalhadores afetos à administração pública local.

No entanto, e apesar das dificuldades crescentes, a Câmara Municipal não se tem alheado da difícil e problemática situação em que as famílias se encontram.

Perante problemas sociais emergentes, de natureza conjuntural, o Município não abdica de realizar um trabalho de proximidade no apoio às nossas populações, mesmo que este possa ser considerado limitado, uma vez que é impossível resolver todos os problemas.

O trabalho desenvolvido, nomeadamente o de cariz social junto dos grupos mais vulneráveis, é levado à prática com medidas ajustadas à nossa realidade, de forma discreta, eficaz e sistémica.

Esta é, pois, uma importante componente de serviço público que o Município presta à população e que, tomando como exemplo este âmbito de intervenção, inviabiliza qualquer tentativa de equiparação do presente documento de prestação de contas a uma lógica empresarial. Este tipo de análise poderá deturpar e adular a nobre missão do trabalho desenvolvido por uma autarquia local, porquanto a prossecução do interesse público não é mensurável.

Apesar de todas as dificuldades, realçamos o trabalho desenvolvido, o qual, contando com o envolvimento da população em múltiplas ações de participação e cidadania, permitiu a concretização de muitos dos objetivos propostos, que se consubstanciaram em resultados positivos, apesar da conjuntura económica e social vivida a nível nacional e internacional.

No contexto nacional, o OE 2014 caracterizou-se, em termos estratégicos, pela manutenção de uma forte disciplina orçamental e do regime de austeridade, com reflexo direto no rendimento das famílias, nomeadamente através da continuação da aplicação da sobretaxa em sede de IRS de 3,5% e o aumento deste imposto face à redução do número de escalões. Ao nível das despesas com pessoal, o corte de contratos na função pública e a continuação da redução remuneratória e do congelamento de progressões e carreiras foram as principais medidas que permitiram a redução do défice público. No entanto, importa destacar, a reposição dos subsídios de férias aos funcionários públicos e pensionistas, após a declaração da inconstitucionalidade, efetuada pelo Tribunal Constitucional, aos respetivos cortes de subsídios.

Para uma melhor perceção dos resultados apresentados neste relatório importa ter presente algumas questões essenciais, que se apresentam como os fatores excecionais que justificam as diferenças materialmente relevantes entre saldos patrimoniais, resultados do exercício e níveis de realização da receita e da despesa orçamental, quando comparados os valores registados entre períodos homólogos, designadamente:

Redução do endividamento imposta pela Lei do OE2014 – os municípios e as entidades do setor local continuam sujeitos ao cumprimento de metas em termos da dívida em atraso há mais de 90 dias, a qual se mantém inexistente para a autarquia de Mesão Frio desde julho de 2012. Mas o OE 2014 passou ainda a impor a utilização do acréscimo da receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, na redução do endividamento de médio e longo prazo, tendo o Município de Mesão Frio até 31 de dezembro de 2014 efetuado duas amortizações extraordinárias ao Empréstimo de Saneamento Financeiro, no montante de 7.960,81€ e 11.934,42€, ao abrigo do n.º 4, do artigo 96.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE2013) e n.º 5, do artigo 94.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE2014), respetivamente, apesar de posteriormente ter-se-á concluído que a amortização ordinária dos empréstimos de medio e longo prazo satisfaziam largamente esta imposição.

A operacionalização da LCPA – a complexidade desta lei continua a criar dúvidas, nomeadamente no que respeita à assunção parcial ou total de compromissos. Por outro lado, as penalizações a que a mesma alude impelem os municípios a optarem pelo compromisso integral, apesar das explicações contrárias no manual de procedimentos da Direção Geral do Orçamento (DGO), relativo à LCPA.

A previsão da receita municipal para efeito do cálculo dos fundos disponíveis de curto prazo – no estrito cumprimento da LCPA, o Município de Mesão Frio tem assumido compromissos limitados à disponibilidade de receita de curto prazo. Para esta previsão são observados critérios de prudência que não se compadecem com o cálculo da média dos dois últimos exercícios, conforme preveem as regras ou disponibilizam alguns sistemas de

informação, que calculam desta forma e automaticamente os fundos disponíveis para o período. Assim, as previsões municipais têm em consideração apenas o comportamento em relação ao último período homólogo, pois a evolução atual do mercado interno cria muitas incertezas ao nível da coleta conseguida com impostos diretos, não tendo existido em 2014 informação, da parte dos serviços de finanças, em matéria de taxas de incumprimento dos munícipes.

Relativamente à execução orçamental, poderemos verificar que a execução da receita se situou nos 72,99% e a execução orçamental da despesa, atingiu os 73,20%, face aos valores previstos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, apesar de toda a conjuntura económica e financeira sentida no Município. Por outro lado, importará assinalar a diminuição da dívida a terceiros, que no ano de 2014 foi superior a quinhentos mil euros.

Estes indicadores revelam, essencialmente, que as medidas adotadas aquando da elaboração dos documentos previsionais, acompanhadas das subseqüentes medidas de gestão na sua concretização, permitiram obter os resultados traduzidos no presente documento. Apesar das limitações impostas e das condicionantes da política adotada pelo Governo, foram executados importantes projetos/ações que contribuíram para a elevação da qualidade de vida e do desenvolvimento do Concelho.

Continuamos a apostar numa política de rigor, transparência e sustentabilidade, pilares que norteiam a gestão autárquica e são imagem de marca do Município de Mesão Frio.

Continuamos a apostar numa estratégia de desenvolvimento local integrada, sustentada e solidária que defenda os interesses da população, que pugne pela promoção e pelo prestígio do Município, dando um contributo determinante para o desenvolvimento e progresso de Mesão Frio.

Deste modo, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação do Executivo os **Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão** relativos ao ano financeiro de **2014**, de harmonia com o estipulado na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do mesmo Anexo.

Nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo da referida Lei, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de abril, de acordo com o determinado no n.º 4, do artigo 52.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação introduzida pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto.

1.2. Metodologia

A prestação de contas, foi elaborada de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54.ºA/99, de 22 de fevereiro e apresentada conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas n.º 6/2013 – 2.ª Secção, que altera a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção, que aprovou as Instruções para a organização e a documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL, publicada no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de agosto de 2001.

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade municipal.

1. Organização do Município

Nos termos da Constituição da República Portuguesa, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, as quais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos e que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas (artigo 235.º).

Os municípios são as autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia, mediante órgãos representativos por ela eleitos.

Os órgãos representativos do município são a assembleia municipal (órgão deliberativo) e a câmara municipal (órgão executivo).

O quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios constam da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ainda da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as posteriores alterações, nas partes não revogadas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2.1 Assembleia Municipal – Órgão Deliberativo

O Órgão Deliberativo do Município, a Assembleia Municipal, é composto por 20 membros, sendo 15 eleitos diretamente, e 5 membros por inerência (Presidentes de Junta de Freguesia).

COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A 31-12-2014

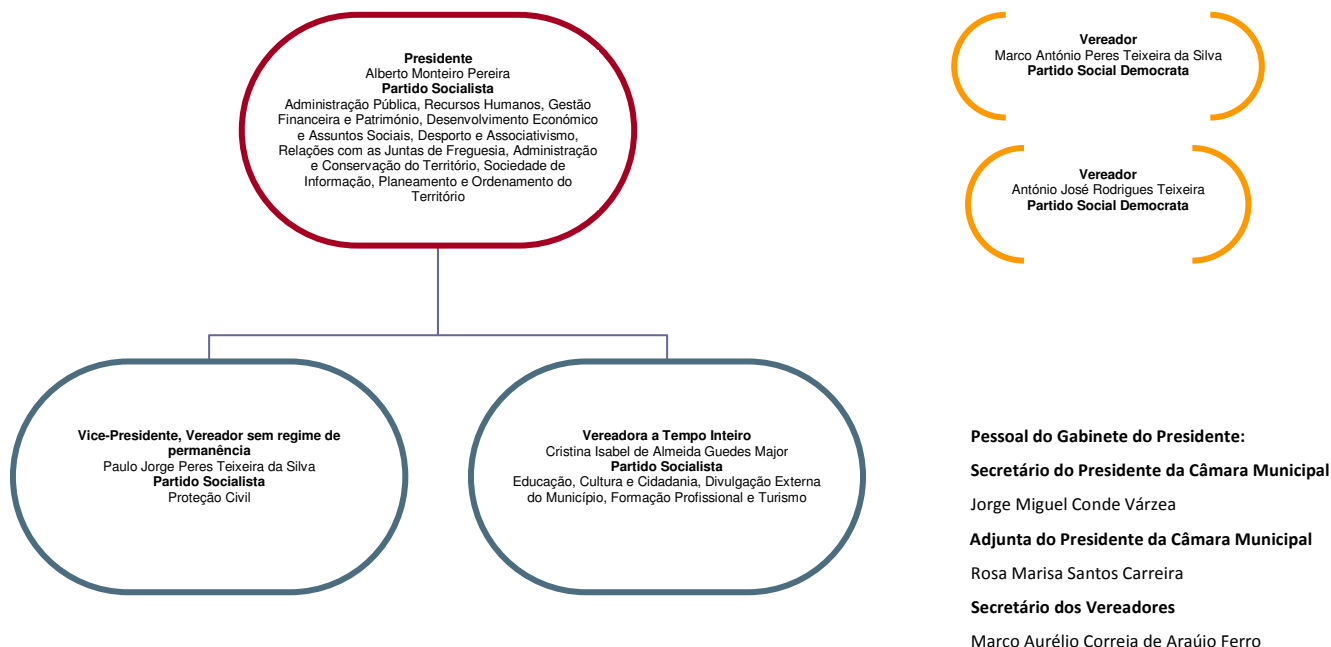
Mesa da Assembleia

- **Presidente:** Carlos Alberto Esteves Miranda
- **1.ª Secretário:** Anabela Valério Marrafa de Macedo
- **2.ª Secretário:** Luis Miguel Silva Marques



2.2 Câmara Municipal – Órgão Executivo

O Órgão Executivo do Município de Mesão Frio, a Câmara Municipal, é constituído por cinco membros, um Presidente e quatro Vereadores com as seguintes atribuições:



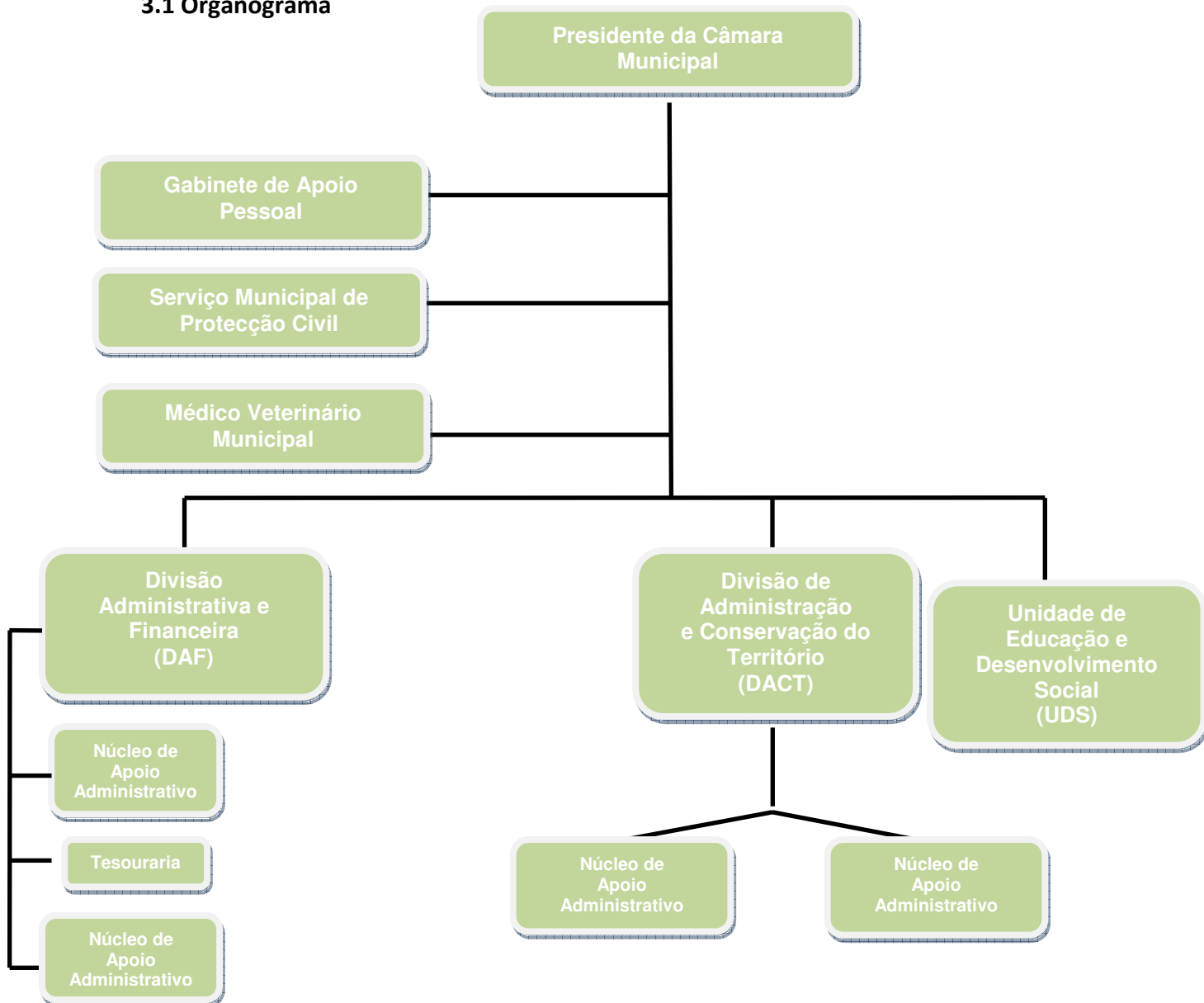
2. Organização dos Serviços Municipais

A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto procedeu à adaptação na administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

Para organização interna dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Mesão Frio, foi adotada o modelo de estrutura hierarquizada, nos termos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, tendo sido aprovada pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária, do dia 30 de dezembro de 2012 e publicada em Diário da República, 2ª Série, n.º 21, de 30 de janeiro de 2013.

As unidades flexíveis e o regulamento orgânico foram também aprovados em reunião do executivo, no dia 13 de dezembro de 2012.

3.1 Organograma



4. PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO

4.1 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S. A.

A empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A. Foi criada conjuntamente com o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, pelo Decreto-Lei n.º 270-A/2001 de 6 de outubro, para explorar, em regime de concessão por um prazo de 30 anos, a conceção e a construção das obras e equipamentos necessário para o abastecimento de água e o saneamento em alta, tal como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O capital da empresa foi subscrito por 30 municípios, entre os quais o de Mesão Frio conjuntamente com as sociedades: Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. (acionista maioritário) e a Empreendimentos Hidrelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.

4.2 OUTRAS PARTICIPAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL URBANA DO DOURO

Os 19 municípios da NUT III Douro formalizaram dia 15 de janeiro de 2009, por escritura pública, a constituição da nova Comunidade Intermunicipal do Douro, que vem substituir, em definitivo, a Comunidade Urbana do Douro criada em junho de 2004.

A CIM Douro tem sede em Vila Real e delegações na cidade de Lamego e na vila de Torre de Moncorvo. Apresentam-se como principais desafios a esta Comunidade Intermunicipal a gestão do contrato celebrado com o Governo no âmbito do QREN sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento do Douro e a negociação com o Governo do PIDDAC para o Douro (investimentos da responsabilidade da Administração Central).

Os municípios que a integram são: Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe, Tarouca e Freixo de Espada-à-Cinta, representando, segundo os censos de 2011, uma população residente superior a 205 mil habitantes

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

A ANMP, constituída a 22 de fevereiro de 1985, representa e defende os Municípios portugueses perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Realiza estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local e promove a troca de experiências e informações de natureza técnico-administrativa entre os seus membros.

Desenvolve ainda ações de informação, de formação e aperfeiçoamento profissional para os eleitos locais e pessoal da administração local, mantendo serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO NORTE

Constituída em 25 de outubro de 1990, a AMVDN é formada por 7 municípios: Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real.

Criada pela crescente dinâmica dos municípios que dela fazem parte e da necessidade de coordenar ações municipais, a AMVDN tem como papel primordial a gestão de iniciativas intermunicipais com relevância para todo o território da Associação, tendo sempre em vista o desenvolvimento mais harmonioso de todo o espaço, das quais se destaca a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO

Associação instituída a 22 de julho de 1988, em Lamego, sediada nesta cidade, tem por objeto promover todas as atividades com vista à defesa, salvaguarda, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, através de uma estreita colaboração, embora sem fins lucrativos, dos municípios portugueses, zonas essas carecidas de proteção, como valores culturais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público e, principalmente, como contributo para o progresso e bem-estar das populações que deles desfrutam ou usufruem.

ASSOCIAÇÃO DOURO HISTÓRICO

A Associação Douro Histórico, criada em 2001, é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento regional sustentado, dando especial atenção à valorização do património cultural e à revitalização do mundo rural valorizando o seu potencial endógeno. Contribui para a conservação, estudo e divulgação dos bens culturais imóveis e móveis, bem como de todo o património público e privado. Desta Associação fazem parte os municípios de: Alijó, Armamar, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião.

TURISMO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R.

A publicação do Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de abril, reorganizou as Entidades Públicas Regionais com responsabilidades na área do Turismo criando cinco áreas regionais, que refletem as áreas abrangidas pelas unidades territoriais utilizadas para fins estatísticos NUTS II – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve. Foram ainda criados os polos de desenvolvimento turístico, integrados nas áreas regionais – Douro, Serra da Estrela, Leiria-Fátima, Oeste, Litoral Alentejano e Alqueva. Este novo quadro de interlocutores para o desenvolvimento do turismo regional no território nacional concretiza-se, pela criação de entidades regionais de turismo, dinamizadoras e interlocutoras das áreas regionais e dos polos de desenvolvimento turístico junto do órgão central de turismo, e responsáveis pela valorização turística e pelo aproveitamento sustentado dos recursos turísticos das respetivas áreas. O modelo de gestão criado pretende conferir às novas entidades regionais de turismo uma capacidade de auto financiamento e estimular o envolvimento dos agentes privados, permitindo ainda o estabelecimento de parcerias com o Turismo de Portugal, I.P., criando oportunidades para o desempenho de atividades e projetos na esfera da administração central.

5.Orçamento Inicial versus Final e Execução

5.1.Orçamento Inicial versus Final e Execução

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite avaliar o rigor, a capacidade de realização das atividades programadas, bem como, a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efectivamente arrecadadas pelo município.

Designação	Orçamento		Execução	Desvio	Taxa Execução
	Inicial(a)	Final(b)	(c)	(c)-(b)	(%)
Saldo da Gerência Anterior		18.518,45€			
Receitas	6.598.000,00€	6.816.568,45€	4.975.283,44€	-1.841.285,01€	72,99%
Correntes	4.457.750,00€	4.457.750,00€	4.231.235,80€	-226.514,20€	94,92%
Capital	2.140.250,00€	2.358.818,45€	744.047,64€	-1.614.770,81€	31,54%
Despesas	6.598.000,00€	6.816.568,45€	4.989.859,26€	-1.826.709,19€	73,20%
Correntes	4.457.750,00€	4.472.318,45€	3.377.725,42€	-1.094.593,03€	75,53%
Capital	2.140.250,00€	2.344.250,00€	1.612.133,84€	-732.116,16€	68,77%

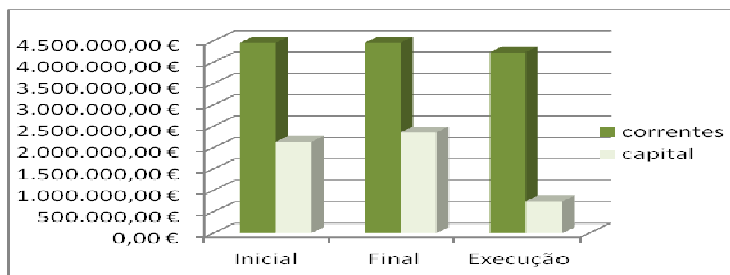
Importa referir que na apreciação do presente capítulo, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita as obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

O orçamento inicialmente aprovado para 2014 totalizava 6.598.000,00€, tendo sido realizadas no decurso do exercício 9 modificações, obtendo um aumento da dotação global do orçamento para 6.816.568,45€, que se traduz na inserção do saldo da gerência anterior e a efetivação da contratualização do empréstimo de curto prazo.

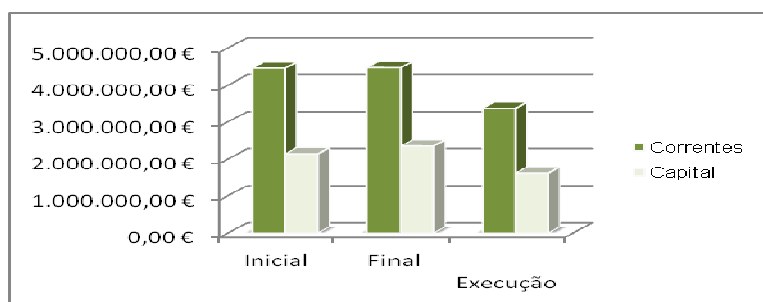
Conforme se pode constatar quando comparados os valores previstos no Orçamento inicial e final com os valores executados da Receita e da Despesa, obtêm-se uma taxa de execução de Receita de 72,99% e de Despesa de 73,20%.

O Orçamento Municipal sendo um documento previsional, a sua concretização acarreta naturalmente desvios, os gráficos são demonstrativos das diferenças apuradas entre o Orçamento Inicial, Final e Executado, da Receita e da Despesa.

Comparação entre a Receita Inicial, Final e Executada



Comparação entre a Despesa Inicial, Final e Executada



5.2. Alterações e Revisões ao Orçamento

Em todos os anos económicos, se têm realizado modificações orçamentais, corrigindo-se os valores inicialmente previstos, através do reforço e/ou anulação das respetivas dotações.

No exercício de 2014, realizaram-se nove modificações que foram concretizadas da seguinte forma:

- ✓ Oito alterações;
- ✓ Uma revisão.

Centrando a nossa análise na forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos sucessivos ajustamentos das previsões às realizações então efetivadas no decurso destas nove modificações orçamentais.

Este aumento, reflete para além dos reforços e anulações às rubricas orçamentais a inscrição do valor correspondente à contratualização do Empréstimo a Curto Prazo no valor de 200.000,00€ e à introdução do saldo da gerencia anterior.

5.3. Equilíbrio Orçamental

Na elaboração e execução do orçamento das autarquias devem ser seguidos um conjunto de princípios orçamentais, dos quais se destaca o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1. do POCAL. Este

princípio determina que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, exigindo que as receitas correntes sejam pelo menos, iguais às despesas correntes.

Esta imposição legal em termos de execução orçamental funciona como um instrumento de contenção de déficite orçamental e de formação da poupança corrente bruta.

Numa análise mais aprimorada da efetivação da execução demonstrou-se que durante o ano 2014, este princípio foi cumprido, dado que o valor de execução da receita corrente é superior à execução da despesa corrente.

5.4. Movimentos Orçamentais

O resultado dos movimentos financeiros efetuados durante a gerência de 2014, aparecem consubstanciados no quadro seguinte, verificando-se que os recebimentos ascenderam em 5.634.917,81€, dos quais 4.975.283,44€, são provenientes de receitas orçamentais e 659.634,37€ correspondentes ao recebimento de fundos por Operações de Tesouraria.

Por sua vez, constata-se que sendo a despesa global paga 5.721.236,52€, dos quais 4.989.859,26€ são provenientes da despesa orçamental e 731.377,26€ corresponde ao pagamento de fundos por Operações de Tesouraria.

Resumo da Conta de Gerência do ano de 2014

Designação	Operações	Operações de	TOTAL
	Orçamentais	Tesouraria	
(1) Saldo Transitado de 2013	18.518,45€	241.205,68€	259.724,13€
(2) Receitas Arrecadadas	4.975.283,44€	659.634,37€	5.634.917,81€
(3) Despesas Realizadas	4.989.859,26€	731.377,26€	5.721.236,52€
Saldo a transportar para o ano 2014	3.942,63€	169.462,79€	173.405,42€

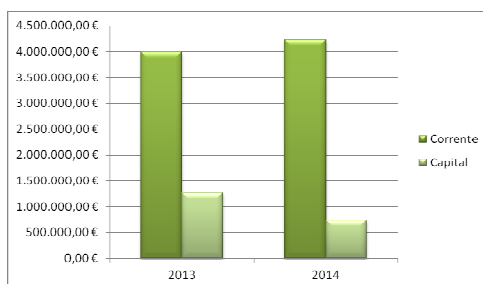
6. Processo Orçamental

6.1. Receita

6.1.1. Evolução Global da Receita

No que concerne à Evolução das Receitas constata-se que as receitas totais registaram uma diminuição no montante de 297.659,70€, em comparação com o ano de 2013, devido às constantes reduções das transferências do OE, bem como, à conjuntura económica que o país atravessa.

Receita	2013	2014
Corrente	3.996.241,37€	4.231.235,80€
Capital	1.276.701,77€	744.047,64€
Total	5.272.943,14€	4.975.283,44€



Os mapas a seguir evidenciam a visualização não só da evolução global das receitas como o comportamento de cada uma das suas componentes económicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

6.1.2. Receita Corrente

6.1.2.1. Estrutura e Execução das Receitas Correntes

Com uma execução de 94,00%, face às receitas globais previstas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, a autarquia consegue arrecadar receitas correntes que lhes permitem uma base de consistência ao financiamento de um conjunto de despesas obrigatórias, cobrindo até à data todas as despesas correntes.

Para a estrutura das receitas correntes, concorrem as transferências correntes que é a rubrica que maior peso detém, com cerca de 69,33% do total, seguindo-se a receita proveniente da venda de bens e serviços correntes com 19,51%, dos impostos diretos com 8,11%, das Taxas, multas e outras penalidades com 1,71%, dos impostos indiretos com 0,94%, dos rendimentos de propriedade e de outras receitas correntes com 0,40%.

Receita Corrente	2013	2014
Impostos diretos	401.742,28€	343.113,87€
Impostos Indiretos	39.346,84€	39.866,53€
Taxas, Multas e Outras Penalidades	61.805,98€	72.416,09€
Rendimento de Propriedade	13.885,50€	13.145,86€
Transferências Correntes	2.856.283,99€	2.933.713,33€
Venda de bens e serviços correntes	612.288,42€	825.551,45€
Outras receitas correntes	10.888,36€	3.428,67€
	3.996.241,37€	4.231.235,80€

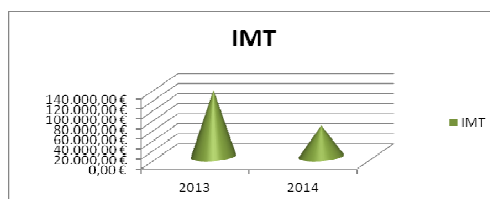
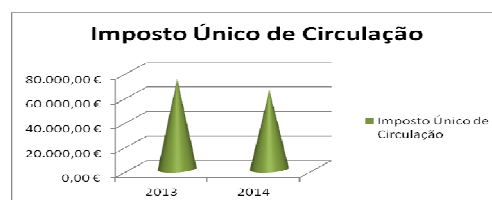
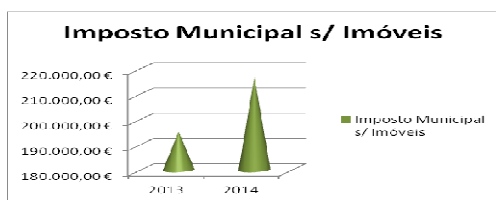
Conforme se pode observar na composição da receita, os seus elementos primordiais são as transferências correntes (Fundo de Equilíbrio Financeiro - FEF, Fundo Social Municipal - FSM, Participação Financeira no IRS), a venda de bens e serviços correntes (Água, Saneamento, RSU), e os impostos diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis, Imposto Único de Circulação).

6.1.2.2.Receitas Fiscais e Taxas

Atendendo à sua importância desenvolver-se-á, de seguida, o estudo mais detalhado da receita tributária, sendo uma das parcelas mais representativas da receita corrente, apresentado uma redução bastante significativa na receita do IUC e do IMT, face ao ano de 2013.

Importa ainda referir que os valores constantes no quadro abaixo exemplificativo, refletem a receita cobrada bruta, tendo durante o ano de 2014 ocorrido reembolsos e restituições que ascendem a 38.845,86€, referentes ao IMI e IMT.

Impostos Diretos	2013	2014	Varição
Imposto Municipal s/ Imóveis	195.104,49 €	216.664,24 €	21.559,75 €
Imposto Único de Circulação	73.690,29 €	64.455,90 €	-9.234,39 €
IMT	132.947,50 €	61.993,73 €	-70.953,77 €
Total	401.742,28 €	343.113,87 €	-58.628,41 €



6.1.2.3. Transferências

Consideram-se, como transferências correntes para o Município as transferências correntes previstas no Orçamento de Estado - Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Comparticipação no IRS, e ainda as transferências de protocolos de cooperação com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Instituto da Segurança Social e Instituto de Emprego e Formação Profissional, entre outras.

As transferências correntes são a principal receita financiadora da despesa corrente do Município.

Considerando o disposto no n.º 3, do artigo 31.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro cada município pode decidir a repartição das receitas municipais previstas nas alíneas a) a c), do n.º 1, do artigo 25.º, da supracitada Lei, não podendo a receita corrente exceder 90 % do FEF, percentagem essa aplicada no ano de 2013 e 2014 nas transferências para o Município de Mesão Frio, o qual origina o aumento substancial face a anos anteriores na rubrica das transferências correntes e a diminuição da rubrica das transferências de capital.

	2013	2014	Comparação (2013-2014)
Transferências Correntes			
FUNDOS MUNICIPAIS	2.602.351,50€	2.637.376,00€	35.024,50€
DGEE	156.027,15€	113.400,41€	-42.626,74€
DGAL	22.262,00€	37.100,00€	14.838,00€
DGAI	286,52€	1.353,84€	1.067,32€
ISSS	12.828,58€	12.867,06€	38,48€
IEFP	28.477,54€	51.569,06€	23.091,52€
OUTROS	34.050,70€	80.046,96€	45.996,26€
TOTAL	2.856.283,99€	2.933.713,33€	77.429,34€

6.1.2.4. Venda de Bens e Serviços Correntes

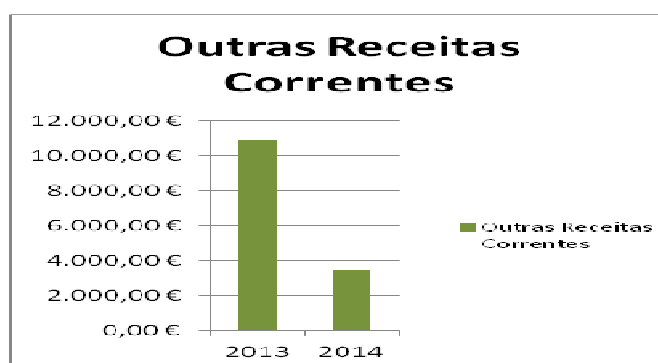
Face à conjuntura económica e financeira nacional, a rubrica Venda de Bens e Serviços Correntes, apresenta um resultado superior ao do ano transato, o que origina um aumento das receitas próprias da Autarquia no montante de 213.263,03€, que teve como principal origem a antecipação das rendas vencidas e vincendas dos equipamentos de infra estruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, pelas Águas de Trás os Montes e Alto Douro, SA, no montante de 161.182,26€.

	2013	2014	Variação 2013-2014
Venda de Bens e Serviços Correntes			
Venda de Bens	282.219,04€	271.704,28€	-10.514,76€
Serviços	294.496,24€	358.619,09€	64.122,85€
Rendas	35.573,14€	195.228,08€	159.654,94€
Total	612.288,42€	825.551,45€	213.263,03€

6.1.2.5.Outras receitas correntes

Esta conta tem uma utilização meramente residual, uma vez que apenas é utilizada para receitas não tipificadas em rubricas específicas, o que se comprova pela oscilação dos valores constantes no quadro abaixo exemplificativo.

	2013	2014
Outras receitas correntes	10.888,36€	3.428,67€
Total	10.888,36€	3.428,67€



6.1.3.Receita de Capital

61.3.1.Estrutura da Receita de Capital

A Receita de Capital é constituída pelas vendas de bens de investimento, transferências de capital e a assunção de empréstimos bancários de curto, médio e longo prazos, representando no ano de 2014 uma percentagem de 31,80%, face às receitas globais previstas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014.

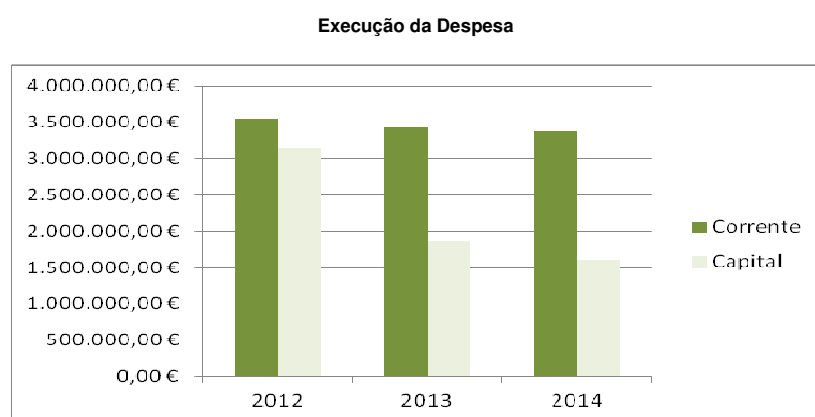
	2013	2014
Receita de Capital		
Vendas de bens de Investimento	10.000,00€	5.500,00€
Transferências de Capital	1.064.472,70€	464.189,85€
Passivos Financeiros	200.000,00€	200.000,00€
Outras Receitas de Capital	2.169,07€	74.357,79€
Total	1.276.641,77€	744.047,64€
Outras Receitas		
Reposições não abatidas nos pagamentos	60,00€	0,00€
Total	60,00€	0,00€
Total	1.276.701,77€	744.047,64€

6.1.3.2. Execução Orçamental da Despesa

6.1.3.2.1. Enquadramento

O total geral da despesa paga pelo Município apresenta o montante de 4.989.859,26€, dos quais 3.377.725,42€ são despesas correntes e 1.612.133,84€ são despesas de capital.

Neste ponto efetuar-se-á a análise da despesa na ótica económica. Assim, depois de uma breve referência aos valores orçamentados e da sua comparação com valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios.



6.1.3.3. Despesa Global

6.1.3.3.1. Estrutura e Execução da Despesa

No ano de 2014 a despesa global paga pelo Município ascendeu ao montante de 4.989.859,26€, perfazendo uma taxa de execução orçamental de 73,20%, face ao valor orçado nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014.

A saber,

Despesa	2013	2014
Corrente	3.421.412,85€	3.377.725,42€
Capital	1.872.055,03€	1.612.133,84€
Total	5.293.467,88€	4.989.859,26€

6.1.3.4. Despesas Correntes

As despesas correntes são compostas principalmente pelas despesas com pessoal e pela aquisição de bens e serviços, e assumem um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, uma vez que se tratam de despesas fixas que comportam o normal funcionamento dos Serviços da Autarquia.

A despesa corrente no ano de 2014 ascendeu a 3.377.725,42€, registando-se assim uma diminuição face ao ano anterior.

6.1.3.4.1. Despesas com Pessoal

Trabalhadores do Município

Os municípios cuja dívida total ultrapasse o limite previsto no artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – ou seja, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores - reduzem o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2014 - nestes se incluem os trabalhadores das empresas locais nas quais o município tem influência dominante bem como os trabalhadores do município que, ao abrigo de instrumento de mobilidade, desempenham funções nas áreas metropolitanas ou nas comunidades intermunicipais - no mínimo, nas seguintes proporções:

- a) Em 3 %, quando a respetiva dívida total ultrapasse 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- b) Em 2 %, nos restantes casos.

O Município de Mesão Frio, está obrigado a reduzir, no mínimo 3% do número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013, sem prejuízo do cumprimento da redução, no mínimo, de 50%, o número de trabalhadores com contrato em funções públicas a termo resolutivo existente em 31 de dezembro do ano anterior.

Para este efeito não é considerado o pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local, bem como no âmbito do atendimento digital assistido.

Sendo assim, verifica-se haver uma redução de trabalhadores, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, uma vez que o Município não possui trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado, fruto do Plano de Saneamento Financeiro. Que ocorreram por aposentações de trabalhadores, a cessação de situações de mobilidade ou de comissões de serviço de trabalhadores não pertencentes ao mapa de pessoal, pois é a única forma legal que permite aos Municípios dar cumprimento àquela disposição.

No Município de Mesão Frio, a 31 de dezembro de 2014, ocorreu uma diminuição de 6 de trabalhadores face aos existentes a 31 de dezembro de 2013, 4 por motivo de aposentação, 1 por licença sem vencimento de longa duração e 1 em mobilidade interna na carreira.

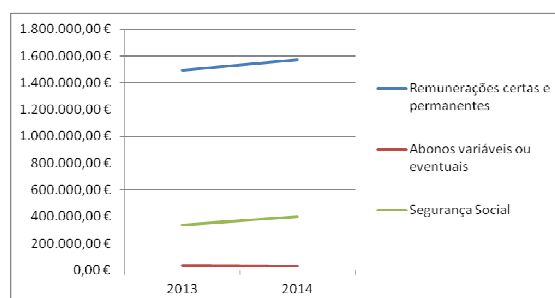
Encargos com o pessoal

Os encargos com o pessoal no montante de 1.999.830,21€, cuja descrição se referencia no mapa a seguir, apresentam um aumento relativamente ao ano anterior de 135.856,02€, para a qual contribuíram, designadamente, os encargos com a saúde, a reposição do pagamento do subsídio de férias e de Natal, o aumento do salário mínimo nacional e as respetivas despesas com as contribuições da Autarquia como entidade patronal, para a caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social do Regime Geral.

Relativamente aos encargos com a saúde esta é considerada um encargo sem qualquer controlo por parte Município, dado que são encargos imprevisíveis dependendo do estado de saúde dos funcionários e seus descendentes diretos.

	2013	2014
Despesas com o Pessoal		
Remunerações certas e permanentes	1.491.590,71€	1.571.983,45€
Abonos variáveis ou eventuais	35.645,70€	28.441,43€
Segurança Social	336.737,78€	399.405,33€
Total	1.863.974,19€	1.999.830,21€

Execução da Despesa



Durante o ano de 2014, foi proporcionada a participação em ações de formação profissional, aos trabalhadores municipais, adequadas à sua qualificação, nas diversas áreas, organizadas por entidades externas ao Município, no âmbito da candidatura 3.4. Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local, cofinanciada através do POPH.

6.1.3.4.2. Limites dos Encargos com Pessoal

O Decreto - Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, no seu Capítulo III – Disposições finais e transitórias, no artigo 17.º - Norma revogatória, vem revogar o Decreto – Lei n.º 116/84, de 6 de abril, alterado pela Lei n.º 44/85, de 13 de setembro, pelo Decreto – Lei n.º 198/91, de 29 de maio, pela Lei n.º 96/99, de 17 de julho, e pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, assim como a alínea d), do n.º 1, do artigo 2.º, do Decreto – Lei n.º 93/2004, de 20 de abril, que limitava os encargos com pessoal, em que estes não poderiam exceder 60% das despesas correntes do ano anterior, para o pessoal do quadro e 25% para pessoal em qualquer outra situação.

Desta forma, não é obrigatório, o cálculo do limite dos encargos com pessoal, pelo exposto no parágrafo anterior.

6.1.3.4.3. Aquisição de Bens e Serviços

A rubrica aquisição de bens e serviços é uma das rubricas com o maior impacto nas despesas correntes da Autarquia, sendo através desta que se efetiva grande parte das despesas adjacentes à prossecução das atividades correntes do Município, tendo no ano de 2014 ascendido ao pagamento do montante de 992.940,96€, representativo de 29,40% da Despesa Corrente paga.

	2013	2014
Aquisição de bens e serviços		
Aquisição de bens		
Matérias-primas e subsidiárias	4.644,62€	3.993,19€
Combustíveis e Lubrificantes	146.435,32€	111.217,02€
Munições Explosivos e Artíficos	298,89€	0,00€
Limpeza e Higiene	5.499,62€	10.383,79€
Alimentação (Refeições Confeccionadas)	17.626,55€	14.365,42€
Alimentação (Refeições por Confeccionar)	35.133,60€	47.067,92€
Vestuário e Artigos Pessoais	2.034,39€	3.193,10€
Material de Escritório	11.191,34€	16.122,22€
Material de Consumo Clínico	306,86€	99,80€
Material de Transporte - Peças	21.352,33€	15.823,08€
Prémios, Decorações e Ofertas	2.964,65€	560,58€
Água	211.225,01€	203.159,21€
Ferramentas e Utensílios	4.996,60€	665,78€
Livros e Documentação Técnica	0,00€	0,00€
Material de Educação, Cultura e Recreio	7.653,89€	21.758,44€
Outros Bens	46.691,14€	46.483,45€
Aquisição de Serviços	600.312,01€	498.047,96€
Total	1.118.366,82€	992.940,96€

6.1.3.4.4. Transferências Correntes

Durante o ano de 2014, o executivo camarário, deliberou conceder apoios a entidades e organismos legalmente existentes para o incremento do desenvolvimento de atividades sociais, culturais, educativas, desportivas, recreativas ou outras de interesse para o Município, conforme lhe confere o regime jurídico das autarquias locais.

	2013	2014
Transferências correntes		
Administração Local	67.572,50€	8.456,29€
Instituições. Sem fins lucrativos	119.200,00€	107.580,00€
Famílias	3.472,00€	5.399,41€
Total	190.244,50€	121.435,70€

6.1.3.4.5. Juros e Outros Encargos

Durante o ano económico de 2014 os juros e outros encargos da dívida pública ascenderam ao montante de 210.558,42€.

O Mapa de Empréstimos Obtidos, é um dos documentos que faz parte integrante do Documento de Prestação de Contas, o qual apresenta discriminadamente os encargos financeiros por natureza e finalidade, no qual se poderá verificar que a rubrica juros da dívida pública totalizou 203.876,93€, relacionados com os encargos inerentes à contratualização de empréstimos de curto, médio e longo prazos, conforme mapa representativo.

	2013	2014
Juros e outros encargos		
Juros da dívida pública	217.354,70€	203.876,93€
Juros de locação financeira	0,00€	0,00€
Outros juros	10.427,65€	6.681,49€
Total	227.782,35€	210.558,42€

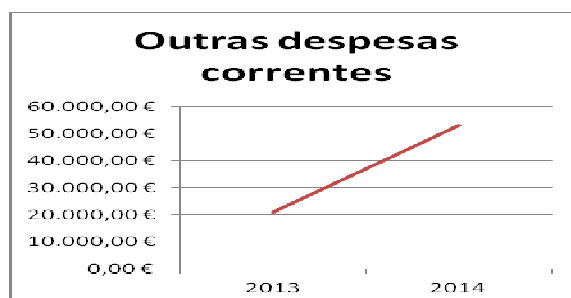
6.1.3.4.6. Subsídios

Esta rubrica não teve qualquer movimento no exercício, devido à reclassificação da rubrica, passando assim a classificarem-se todos os movimentos na rubrica “Transferências Correntes” com a classificação económica 040701 – Instituições Sem Fins Lucrativos.

6.1.3.4.7. Outras despesas correntes

Este é um dos capítulos que representa despesas pagas não enquadradas em rubricas anteriores devido à sua natureza residual, observável no quadro e gráficos seguintes, o qual tem como principal origem os reembolsos e restituições que ascendem a 38.845,86€, referentes ao IMI e IMT.

	2013	2014
Outras despesas correntes	21.044,99€	52.960,13€
Total	21.044,99€	52.960,13€



6.1.3.5. Despesas de Capital

A Despesa de Capital do Município de Mesão Frio é constituída pelas rubricas aquisição de bens de capital, transferências de capital e passivos financeiros que no exercício económico de 2014, observou o montante de 1.612.133,84€, face ao valor da execução orçamental da despesa.

	2013	2014
Despesas de Capital		
Aquisição de bens de capital	1.211.443,65€	591.097,52€
Transferências de capital	35.448,88€	0,00€
Passivos financeiros	625.162,50€	1.021.036,32€
Ativos financeiros	0,00€	0,00€
Outras despesas de capital	0,00€	0,00€
Total das despesas de capital	1.872.055,03€	1.612.133,84€

6.1.3.5.1. Aquisição de bens de capital

A rubrica aquisição de bens de capital, atingiu em 2014, a execução no montante de 591.097,52€, representando 36,67% do total das Despesas de Capital, evidenciando-se a rubrica edifícios e a de Bens do domínio público, entre outras que se podem constatar no quadro abaixo exemplificativo.

	2013	2014
Terenos	0,00€	0,00€
Habitacões	28.757,09€	26.089,58€
Edifícios	567.024,74€	251.375,11€
Construções diversas	182.107,01€	56.519,06€
Material de transporte	28.236,24€	22.514,24€
Equipamento de informática	43.076,95€	67.432,97€
Equipamento administrativo	0,00€	209,10€
Equipamento básico	119.421,41€	33.032,38€
Ferramentas e utensílios	520,63€	3.500,00€
Artigos e objetos de valor	0,00€	235,00€
Outros investimentos	14.467,80€	9.563,97€
Locação financeira	0,00€	0,00€
Bens de domínio público	227.831,78€	120.626,11€
Total	1.211.443,65€	591.097,52€

6.1.3.5.2. Transferências de capital

Através de deliberações, a Exma. Câmara Municipal, concede apoios a entidades e organismos legalmente existentes para o incremento do desenvolvimento de atividades sociais, culturais, educativas, desportivas, recreativas ou outras de interesse para o Município, conforme lhe confere o regime jurídico das autarquias

locais, tendo-se constatado que durante o ano de 2014 não ocorreu qualquer transferência de capital, conforme mapa abaixo exemplificativo.

	2013	2014
Transferências de Capital	35.448,88€	0,00€
Total	35.448,88€	0,00€

6.1.3.5.3. Serviço de Dívida

6.1.3.5.3.1. Passivos Financeiros

A rubrica passivos financeiros representou 63,33% do total das despesas de capital efetivadas e pagas durante o ano de 2014.

Assim, a Autarquia disponibilizou no exercício económico o montante de 1.021.036,32€, respeitante aos encargos com as amortizações dos empréstimos de curto, médio e longo prazo.

	2013	2014
Passivos Financeiros		
Empréstimos a Curto Prazo	200.000,00€	200.000,00€
Empréstimos MLP	425.162,50€	821.036,32€
Total	625.162,50€	1.021.036,32€

6.1.5. Análise da Dívida do Município

6.1.5.1. Dívida do Município

Com entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro que, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o endividamento líquido municipal passou a ser calculado de forma diferente do que estava anteriormente previsto na Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, ora agora revogada, apesar de existir a norma transitória que não se tem a perceção da sua aplicabilidade.

O Endividamento Líquido Municipal, de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro passa a ter a denominação de Dívida Total, estando esta subjacente aos princípios constantes do artigo 52.º, da supracitada Lei.

Assim, refere o n.º 1, do artigo 52.º, da Lei indicada anteriormente que a dívida total das operações orçamentais do município, incluindo, as das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Define ainda o n.º 2, do referido artigo que, a dívida total das operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, tal como definidos, no n.º 1, do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa do município, junto de instituições financeiras, bem como, todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Nestes termos, o apuramento do limite da dívida total, a 31 de dezembro de 2014 do Município de Mesão Frio, data de referencia para controlos futuros, cifra-se no montante total de 7.958.283,06€, sem a inclusão dos valores das entidades participadas, tendo diminuído face ao ano económico anterior, no montante de 535.869,31€, relativamente à dívida reportada a 31 de dezembro de 2013.

Obtendo-se ainda uma redução acumulada de 1.397.997,44€ relativamente ao ano da aprovação e implementação do Plano de Saneamento Financeiro.

A referida dívida, espelha-se da seguinte forma:

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
22.1	Fornecedores Conta Corrente	1.194.946,22€	22.433,40€	122.727,30€	60.109,52€	221.033,10€	289.554,09€
22.2	Fornecedores Conta Corrente Factoring	312.764,16€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	91.946,28€
23.1	Empréstimos Obtidos	5.060.273,57€	9.139.114,24€	8.763.190,38€	8.361.666,53€	7.936.504,03€	7.115.467,71€
24.5	Estado e Outros Entes Públicos	549.793,19€	243,81€	30.315,96€	19.879,19€	68.187,88€	109.235,66€
26.1.1	Fornecedores de Imobilizado	1.228.786,19€	44.550,83€	96.330,47€	178.528,37€	129.507,61€	85.475,70€
26.1.2.1	Fornecedores de Imobilizado - Factoring	390.743,93€	149.938,22€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
26.1.2.2	Fornecedor - Locação Financeira	66.468,82€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
26.8.9.9.1	Outros Credores Diversos- Orçamental	927.014,54€	0,00€	135.507,26€	158.239,46€	138.919,75€	266.603,62€
26.8.9.9.3	Outros Credores Diversos- Factoring	88.907,91€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
DÍVIDA TOTAL		9.819.698,53€	9.356.280,50€	9.148.071,37€	8.778.423,07€	8.494.152,37€	7.958.283,06€

Conforme refere o n.º 3, do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro sempre que um município, não cumpra o limite previsto no n.º 1 e ou seja enquadrado neste âmbito, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III, tendo-se verificado que o Município de Mesão Frio a 31/12/2013 apresentava um excesso de dívida total no montante de 3.265.888,94€, relativo à média da receita corrente liquidada/cobrada, dos últimos três exercícios anteriores.

Assim, de acordo com o preceituado legal e referido anteriormente o Município de Mesão Frio a 31/12/2014 registou uma redução do excesso de dívida total superior a 10%.

6.1.5.2. Compromissos/Fundos Disponíveis

Nos termos da alínea a), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) – consideram-se “compromissos” para efeitos da referida lei, as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.

“Fundos Disponíveis”, de acordo com a alínea f), do artigo 3.º, da LCPA e artigo 5.º, do Decreto – Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, são verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que tenham sido comprometidos ou gastos, incluindo, no caso das entidades da administração local: i) as transferências ou subsídios com origem no orçamento do Estado, relativos aos 3 meses seguintes; ii) a receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento; iii) a receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes; iv) o produto de empréstimos contraídos nos termos da lei; v) as transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas ou projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas; vi) outros montantes autorizados pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 4.º, da LCPA.

Em conformidade com o disposto no artigo 5.º, da LCPA e do artigo 7.º, do Decreto – Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, os compromissos só podem ser assumidos até ao montante dos fundos disponíveis e desde que seja verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, seja emitido um número sequencial e válido de compromisso e registado no sistema informático de apoio à execução orçamental.

Com a aplicabilidade da LCPA, o Município de Mesão Frio tem vindo a debater-se com grandes dificuldades de fundos disponíveis para fazer face às despesas resultantes das atividades/projetos ação que pretende levar a efeito para o progresso e a melhoria da qualidade de vida de todos os mesão-frienses, bem como, das constantes transferências de competências da administração central, substituindo-se a autarquia na obrigatoriedade em muitas delas, face à administração central.

6.1.6. Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de Operações de Tesouraria referem-se a retenções que a Autarquia faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A, I.R.S., A.D.S.E., I.G.F.S.S., Sindicatos, entre outros, sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela Autarquia referente a cauções e garantias relativos a fornecimentos, empreitadas e outros.

No mapa de contas de ordem, constam o movimento dos recibos para cobrança, que dizem respeito a rendas, águas e saneamento em dívida por terceiros, bem como as cauções e garantias prestadas através de documentos, associados a fornecimentos, empreitadas e outros.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA					
RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo de Gerência Anterior		259.724,13€	Despesas Orçamentais		4.989.859,26€
Execução Orçamental	18.518,45€		Correntes	3.377.725,42€	
Operações de Tesouraria	241.205,68€		Capital	1.612.133,84€	
Receitas Orçamentais		4.975.283,44€	Operações de Tesouraria		731.377,26€
Correntes	4.231.235,80€		Saldo para a Gerência Seguinte		173.405,42€
Capital	744.047,64€		Execução Orçamental	3.942,63€	
Outras	0,00€		Operações de Tesouraria	169.462,79€	
Operações de Tesouraria		659.634,37€			
TOTAL		5.894.641,94€	TOTAL		5.894.641,94€
CONTAS DE ORDEM					
SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR		655.565,42€			
Garantias e Cauções Prestadas em Documentos	648.095,21€		Garantias e Cauções Acionadas		74.070,15€
Recibo para Cobrança	7.470,21€		Garantias e Cauções Devolvidas em Documentos		229.937,22€
			Receita Virtual Cobrada		38.754,74€
			Receita Virtual Anulada		1.262,56€
Garantias e Cauções em Documentos		88.964,11€	Saldo para a Gerência Seguinte		435.283,36€
Receita Virtual Líquida		34.778,50€	Garantias e Cauções Prestadas em Documentos	433.051,95€	
			Recibo para Cobrança	2.231,41€	
TOTAL		779.308,03€	TOTAL		779.308,03€

7. Análise Económico-Financeira

7.1. Balanço

A execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a comparação entre o passivo e o ativo do património do Município e a evidenciação dos custos e proveitos incorridos e obtidos em cada exercício económico, bem como apurado, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao proveito no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2014.

Balanço Sintético					
Ativo			Capital Próprio e Passivo		
	2013	2014		2013	2014
Imobilizado			Capital Próprio		
Bens do Domínio Público	7.470.752,51€	6.926.260,73€	Património	3.565.073,37€	3.565.073,37€
Imobilizações Incorpóreo	0,00€	0,00€	Reservas Legais	132.326,15€	132.326,15€
Imobilizações Corpóreas	10.139.760,92€	12.102.001,66€	Reservas Livres	57.253,15€	57.253,15€
Investimentos Financeiros	99.754,00€	54.510,21€	Doações	273.406,00€	273.406,00€
			Resultados Transitados	-622.626,71€	91.344,49€
	17.710.267,43€	19.082.772,60€	Resultado Líquido do Exercício	-1.712.579,10€	-813.354,40 €
Circulante			Total do Capital Próprio	1.692.852,86€	3.288.048,76€
Existências			Passivo		
Mat. Primas, Subsidiárias e Consumo	46.464,98€	12.216,65€	Provisão para riscos e encargos		
Div de Terceiros - MLP			Dividas a terceiros - MLP		
Div de Terceiros - Curto Prazo			Empréstimos de MLP	7.936.504,03€	6.305.062,83€
Clientes			Dividas a terceiros - Curto Prazo		
Outros	607.315,83€	218.802,60€	Fornecedores	221.033,10€	381.500,37€
	607.315,83€	218.802,60€	Estado e outros entes públicos	68.187,88€	109.235,66€
Disponibilidades			Outros	452.717,82€	479.741,86€
Depósitos em Instituições Financeiras	259.724,13€	173.405,42€		741.938,80€	1.780.882,77€
Caixa			Acréscimos e Diferimentos	8.648.738,36€	8.271.588,12€
	259.724,13€	173.405,42€			
Acréscimos e Diferimentos	396.261,68€	158.385,21€	Total do Passivo	17.327.181,19€	16.357.533,72€
Total do Ativo	19.020.034,05€	19.645.582,48€	Capital Próprio + Passivo	19.020.034,05€	19.645.582,48€

Analisando o balanço acima apresentando, constatamos que o Ativo é composto quase na sua totalidade por imobilizado representando cerca de 97,14% do seu total, sendo que 36,29% corresponde a bens do domínio

público e 63,42% diz respeito a imobilizações corpóreas e 0,29% a investimentos financeiros, enquanto o ativo circulante representa 2,86%.

7.2 Ativo

7.2.1. Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído, fundamentalmente, por edifícios e outras construções integrados quer no domínio público, quer do domínio privado municipal, bem como por equipamento básico, de transporte e administrativo e outras imobilizações corpóreas que apresenta uma variação em relação ao ano anterior, todavia com variabilidade diferenciada relativamente a cada uma das referidas componentes.

O Município de Mesão Frio dá assim continuidade a uma política de investimento centrada na formação de capital fixo.

O imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público continuam a ser parcelas com maior expressão, apossando-se de 61,60% e de 35,26%, respetivamente, do valor total do ativo líquido imobilizado.

7.2.2. Circulante

Do ativo circulante evidencia-se as dívidas de terceiros a curto prazo a que corresponde 1,11% do seu total, seguindo-se-lhe as existências em matérias-primas, subsidiárias e de consumo, os depósitos em instituições financeiras e os custos diferidos, ou seja, os custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

7.2.3. Acréscimos e Diferimentos - Ativo

A observância dos princípios contabilísticos no POCAL, na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos.

Do montante de 158.385,21€ constante em Balanço, respeita a 155.184,04€ a acréscimo de proveitos, e 3.201,17€ respeita a custos diferidos, totalizando 0,81% do total do ativo líquido.

7.2.4. Passivo

O passivo divide-se em passivo circulante que inclui as dívidas a curto, médio e longo prazo com empréstimos e fornecedores conta corrente e fornecedores de imobilizado conta corrente, outras dívidas a terceiros e os proveitos diferidos, isto é, os proveitos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

7.2.5. Empréstimos de Médio e Longo Prazos

A dívida da Câmara Municipal de Mesão Frio, por via da contratação de empréstimos de médio e longo prazo, refletia a 31 de dezembro de 2014, o montante de 7.115.467,71€, tendo sido liquidado o valor 203.876,93€, correspondente aos encargos com juros e 821.036,32€ respeitante às amortizações efetuadas conforme plano de amortizações disponível nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015.

7.2.6. Acréscimos e Diferimentos – Passivo

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal-qualmente ao verificado no ativo, surge no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, com o valor de 314.419,33€ e 7.957.168,79€, respetivamente.

7.3. Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o princípio da especialização do exercício, em que os custos e os proveitos são reconhecidos no exercício económico (balanceamento entre custos e proveitos).

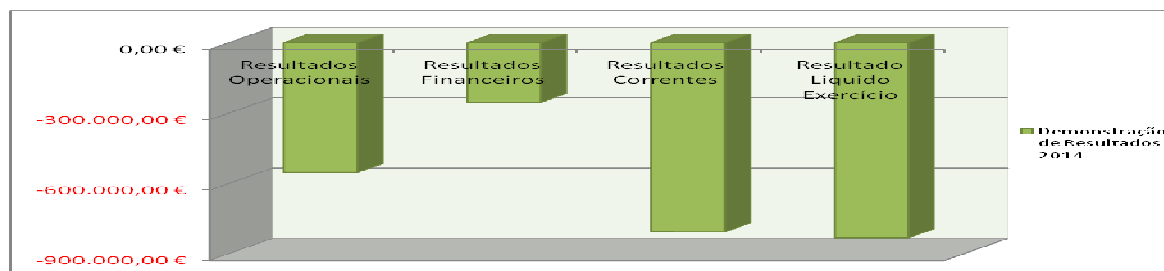
A estrutura do Mapa de Demonstração de Resultados por Natureza é apresentada em dispositivo vertical, elencando primeiro os custos e depois os proveitos.

Demonstração de Resultados - Sintética		
Custos e Perdas	2013	2014
Custos das Mercadorias e Matérias Consumidas	67.791,62€	53.423,27€
Fornecimento e Serviços Externos	1.378.929,67€	1.159.743,45€
Custos com Pessoal	1.841.334,96€	1.960.696,80€
Remunerações	1.503.672,49€	1.497.142,62€
Encargos Sociais	337.662,47€	463.554,18€
Transf. e Subs. Correntes Concedidos e Prest. Sociais	154.635,06€	138.999,37€
Amortizações do Exercício	2.693.460,58€	1.339.906,27€
Provisões do Exercício	98,51€	825,00€
Outros Custos e Perdas e Operacionais	18.526,79€	15.063,79€
(A)	6.154.777,19€	4.668.657,95€
Custos e Perdas Financeiras	223.325,63€	253.338,27€
(C)	6.378.102,82€	4.921.996,22€
Custos e Perdas Extraordinárias	62.688,58€	404.598,08€
(E)	6.440.791,40€	5.326.594,30€

Proveitos e Ganhos		
Vendas e Prestação de Serviços - Totais	595.339,94€	661.686,01€
Vendas	257.600,46€	239.497,78€
Prestação de Serviços	337.739,48€	422.188,23€
Impostos e Taxas	500.034,26€	220.704,06€
Proveitos Suplementares	7.614,53€	11.369,51€
Transferências e Subsídios Obtidos	3.317.202,48€	3.221.723,21€
(B)	4.420.191,21€	4.115.482,79 €
Proveitos e Ganhos Financeiros	418,33€	156,17€
(D)	4.420.609,54€	4.115.482,79€
Proveitos e Ganhos Extraordinários	307.602,76€	379.600,94€
(F)	4.728.212,30€	4.495.239,90€
Resultado Líquido Exercício	-1.712.579,10€	-831.354,40€
Síntese da Demonstração de Resultados		
	2013	2014
Resultados Operacionais	-1.734.585,98€	-553.175,16€
Resultados Financeiros	-222.907,30€	-253.182,10€
Resultados Correntes	-1.957.493,28€	-806.357,26€
Resultado Líquido Exercício	-1.712.579,10€	-831.354,40€

A interferência da atividade operacional do Município, gerou um resultado negativo, no entanto o mesmo foi inferior ao registado no ano transato, tendo como base a assunção dos encargos gerais da atividade da Autarquia, e a retificação de alguns procedimentos contabilísticos efetuados em anos transatos, no que diz respeito ao setor do Património.

Graficamente:



7.4. Indicadores de Gestão Financeira Municipal

Neste ponto são analisados vários indicadores de carácter global, de forma a possibilitar uma visão objetiva da atividade desenvolvida pelo Município de Mesão Frio durante o ano de 2014.

Os indicadores / rácios de gestão e atividade revestem-se de extrema importância para uma gestão mais racional das Autarquias Locais, pois constituem um instrumento de apoio aos gestores e consubstanciam-se em coeficientes cujos valores constituem uma via de análise sintética das diversas atividades, permitindo uma avaliação de estratégias e controlo de gestão.

Para uma melhor análise da situação financeira do Município, apresentam-se alguns indicadores, à data de 31 de dezembro de 2014.

GRAU DE COBERTURA GLOBAL DAS DESPESAS			
	2013	2014	Análise Económica
Receita Total/Despesa Total	100,30%	99,71%	Mede a capacidade das Receitas Totais Cobradas no ano e cobriram as Despesas Totais pagas.
Receita Corrente/Despesa Corrente	116,80%	125,27%	Mede a capacidade das Receitas Correntes cobrirem as despesas da mesma natureza.
ESTRUTURA DA RECEITA			
	2013	2014	Análise Económica
Impostos Diretos/ Receita Total	7,50%	6,90%	Mede o peso das receitas provenientes dos impostos diretos na receita total.
Fundos Municipais/Receita Total	62,90%	55,38%	Mede o peso das transferências dos fundos municipais na receita total.

8. NOTAS AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Introdução

Estabelece o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e Resolução do Tribunal de Contas n.º 6/2013 – 2.ª Secção que altera a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas e Anexos às Demonstrações Financeiras.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL. Atento ao princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2013 e o Balanço Final de 2014.

8.1. Caracterização da Entidade

NOTA 8.1.1. Identificação

Município de Mesão Frio

Avenida Conselheiro Alpoim, 432

5040 - 310 Mesão Frio

Número de Identificação Pessoa Coletiva: 506 840 328

Regime financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira

O concelho de Mesão Frio é composto atualmente por 5 freguesias, de acordo com a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica decorrente da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio e possui uma área de 26,85 Km².

NOTA 8.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto - Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

NOTA 8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva

A organização interna dos Serviços Municipais foi adotada pelo modelo da estrutura hierarquizada, tendo sido a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços municipais orientada, nos termos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. A moldura organizacional do Município foi aprovada pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária, de 30 de dezembro de 2012 e publicada em Diário da República, 2ª Série, nº 21, de 30 de janeiro de 2013.

As unidades flexíveis e regulamento orgânico foram aprovados em reunião de executivo, de 13 de dezembro de 2012.

NOTA 8.1.4. Descrição Sumária das Atividades

A Câmara Municipal de Mesão Frio é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas através do regime jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com os artigos em vigor da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

NOTA 8.1.5. Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal tem a seguinte composição:

Presidente da Câmara Municipal: Alberto Monteiro Pereira – Partido Socialista

Vereadores:

Vice-Presidente: Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva – Partido Socialista

Vereadora tempo inteiro: Cristina Isabel Guedes de Almeida Major – Partido Socialista

Marco António Peres Teixeira da Silva – Partido Social Democrata

António José Rodrigues Teixeira – Partido Social Democrata

NOTA 8.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, na Divisão Administrativa e Financeira.

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, desenvolvido pela empresa MEDIDATA NET – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A., sendo que as aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se ainda que não se encontra em total funcionamento a aplicação de “Gestão de Stocks e Armazéns – Aprovisionamento”, nem a aplicação informática “Obras por Administração Direta”, que se estima estar em pleno funcionamento no ano de 2015, dado que no ano de 2014, foram adquiridas entre outras, as referidas aplicações, no âmbito da candidatura da Implementação da Modernização Administrativa, através do Projeto SAMA.

8.1.7. Outras informações consideradas relevantes

Durante o exercício de 2014, deu-se continuidade ao conjunto de procedimentos e ações conducentes à inventariação dos bens móveis e imóveis do domínio privado e público, refletindo-se essas regularizações no Mapa do Ativo Bruto e Amortizações e Provisões impressos da aplicação do património.

Não foi aplicado o sistema de inventário permanente nas existências para todos os setores.

Documento nº 12 – Informação Solicitada nas Notas Técnicas da Resolução n.º 4/2001, de 8 agosto do Tribunal de Contas.

- a) **Montante dos fundos atribuídos ao Município no ano a que reporta a gerência em apreciação:**

	Corrente	Capital
Fundo de Equilíbrio Municipal	2.479.769,00€	275.530,00€
Fundo Social Municipal	112.080,00€	
Participação no IRS	45.527,00€	
Fundo de Regularização Municipal	0,00€	0,00€

- b) **Montante dos pagamentos relativos a investimentos realizados pelo Município na gerência anterior, foi de 1.211.443,65€.**
- c) **Ações inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno.**

**Entidade IGAL:
Nº do Processo – 170400
Data da ação: 19-09-2011
Período abrangido: 2009 e 2010**

- d) **Indicação da quota-parte das amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pelas associações de municípios em que a entidade participa e ou empresas públicas municipais.**

Não aplicável no período em análise, visto que os encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pela Associação de Municípios do Vale Douro Norte – AMVDN, Associação da qual o Município tem uma participação, terminou no ano de 2009.

8.2. Notas ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

NOTA 8.2.1. Derrogação das Disposições do POCAL

Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, não foi derogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida no Balanço e na Demonstração de Resultados reflete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Autarquia.

NOTA 8.2.2. Valores Comparativos

A fim de se corrigir situações reportadas a exercícios económicos anteriores a 2014, foram efetuados alguns ajustes que a propósito se mostraram necessários, designadamente nas rubricas de imobilizado corpóreo, amortizações acumuladas e amortizações do exercício.

NOTA 8.2.3. Critérios Valorimétricos

Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Imobilizado

As imobilizações corpóreas estão valorizadas pelos valores de aquisição / produção, líquido das reintegrações acumuladas, e sujeitas a amortizações calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Os Investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição, tendo-se efetuado no presente ano a constituição de provisão para aplicações financeiras, nomeadamente respeitante à participação no capital social e fundador da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro, SA e Fundação Museu do Douro, respetivamente.

Existências

A valorização das existências é efetuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas das existências do economato.

Salienta-se que a aplicação de Aprovisionamento – Gestão de Stocks e Armazéns, encontra-se ainda em fase de parametrização, pelo que se estima que no ano de 2015, a mesma processe o cálculo deste custo.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

As dívidas de terceiros são evidenciadas pelos valores das respetivas operações, líquido das respetivas provisões acumuladas.

As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e os montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

NOTA 8.2.6. Comentário às contas 43.1 “Despesas de Instalação” e 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”

Durante o ano 2014 não foram refletidos quaisquer movimentos nas contas de imobilizações incorpóreas.

NOTA 8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado e nas respetivas Amortizações e Provisões

Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do Balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Mapa do Ativo Bruto: Encontra-se no Item do Património**Mapa das Amortizações:**

Em relação ao mapa em referência, este demonstra, a existência de uma diferença comparada com o mapa da Demonstração de Resultados, na coluna das amortizações do exercício, nomeadamente reforço e regularizações, devido a regularizações efetuadas no período, respeitante a regularizações de amortizações negativas, efetuando as correlações negativas e positivas.

MAPA B - AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infraestruturas	7.637.922,11€	647.152,43€	0,00€	8.285.074,54€
Bens do património histórico, artístico e cultural				0,00€
Outros bens de domínio público	91.443,57€	1.006,50€	0,00€	92.450,07€
Subtotal	7.729.365,68€	648.158,93€	0,00€	8.377.524,61€

De imobilizações incorpóreas				0,00€
Despesas de instalação				0,00€
Despesas de investigação				0,00€
Propriedade industrial e outros direitos	1.995,19€	0,00€	0,00€	1.995,19€
Subtotal	1.995,19€	0,00€	0,00€	1.995,19€
De imobilizações corpóreas				0,00€
Terrenos e recursos naturais				0,00€
Edifícios e outras construções	8.657.013,56€	1.061.526,77€	3.073.255,07€	6.645.285,26€
Equipamento básico	597.527,12€	52.114,86€	966,89€	648.675,09€
Equipamento de transporte	1.258.069,58€	115.634,38€	0,00€	1.373.703,96€
Ferramentas e utensílios	31.640,03€	3.752,57€	0,00€	35.392,60€
Equipamento administrativo	442.390,58€	70.599,76€	33.738,03€	479.252,31€
Taras e vasilhame	167,00€	0,00€	0,00€	167,00€
Outras imobilizações corpóreas	310.366,80€	41.361,22€	0,00€	351.728,02€
Equipamento informático	31.812,79€	0,00€	0,00€	31.812,79€
Subtotal	11.328.987,46€	1.341.236,99€	3.107.959,99€	9.566.017,03€
TOTAL	19.060.348,33€	1.989.395,92€	3.107.959,99€	17.945.536,83€

No ano de 2014 foi efetuada a regularização à rubrica dos Edifícios e Outras Construções – Amortizações Acumuladas, no montante de 2.426.550,30€, através da Nota de Lançamento n.º 1606, dado que o movimento no ano transato foi efetuado pela totalidade, assim procederam os serviços financeiros à regularização deste movimento em contra partida com a rubrica Resultados Transitados.

NOTA 8.2.8. Desagregação de cada uma das Rubricas dos Mapas Antecedentes

Devido ao elevado número de bens inventariados no período, esta informação encontra-se disponível em fichas eletrónicas, podendo as mesmas serem consultadas.

As referidas fichas encontram-se convertidas no dossier da Prestação de Contas, no item Património de forma individualizada.

NOTA 8.2.9. Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações

No período em análise a autarquia não formalizou qualquer contrato de Empréstimo de Médio e Longo Prazos, para fazer face ao financiamento de imobilizações, pelo que os custos incorridos no exercício correspondem a encargos respeitantes a empréstimos obtidos em anos anteriores com essa finalidade.

Para efeitos de recolha desta informação, ou seja, sobre o montante de Juros Liquidados por empréstimos de médio e longos prazos, consolidados em capital a amortizar, visualiza-se no mapa dos empréstimos que referencia os montantes de financiamento utilizados, taxas de juro e prazos de vida de cada um dos empréstimos.

NOTA 8.2.13. Regime de Locação Financeira

Nada a registar ao nível da locação financeira em virtude da sua liquidação total a 31 de dezembro de 2010 e a não concretização de novos contratos.

NOTA 8.2.14. Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

No item Património apresenta-se os bens identificados e valorizados no exercício de 2014, existindo bens ainda não valorizados tais como obras de arte entre outros que deverão ser avaliados aquando da constituição da Comissão de Avaliação.

Caso existam números de inventário em branco ficam sem efeito.

Poderão existir bens que pertencem a esta autarquia que ainda não estejam identificados.

NOTA 8.2.15. Bens de domínio público que não são objeto de Amortização e Indicação das Respetivas Razões

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são suscetíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público. Contudo, os bens que não foram ainda objeto de valorização, não estão considerados no imobilizado do ativo bruto da Autarquia, no qual ainda não foram sujeitos a qualquer processo de inventariação adequada, estando a aguardar pelo levantamento solicitado aos serviços a que correspondem esses bens, para que se dê o procedimento adequado que possa conduzir à elaboração dos cadastros e respetivos inventários.

NOTA 8.2.16. Identificação das Entidades Participadas

Nesta nota poder-se-á verificar a designação das entidades participadas, com indicação da parcela detida pelo Município, de acordo com o seguinte quadro:

Entidade	Código Jurídico	% Participação	Capital Social/ Capital Fundacional	OBS.
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA	SA	0,32%	27.812.177,00€	
Fundação Museu do Douro	Fundação	0,92%	1.042.034,20€	
Comunidade Intermunicipal do Douro	CIM	5,26%		
Associação do Douro Histórico	ADH	1.500,00€		Quota
Turismo Porto e Norte de Portugal, ER	OQA	1.500,00€		Quota
Associação de Municípios do Vale Douro Norte	AM	14%		
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	AM	4.218,00€		Quota
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	AM	274,34€		Quota

NOTA 8.2.17. Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria

Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos Negociáveis” e “Outras Aplicações de Tesouraria”, terão de mencionar, quando aplicável, a sua natureza, entidades, quantidades e valores do Balanço, o que na análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, tal não é aplicável.

NOTA 8.2.18. Indicação das modificações da conta “Outras Aplicações Financeiras”

Relativamente à discriminação da conta “Outras Aplicações Financeiras”, terão de mencionar, quando aplicável, a sua natureza, entidades, quantidades, valores nominais e do Balanço, o que na análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, tal não é aplicável.

NOTA 8.2.19. Diferenças relevantes dos Custos de Elementos do Ativo Circulante

Relativamente à indicação, por categorias de bens, das diferenças relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado, e mediante a análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, tal não é aplicável.

NOTA 8.2.20. Atribuição a Elementos do Ativo Circulante de Valor Inferior ao seu Valor de Mercado

Relativamente à fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do Ativo Circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado, tal não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.

NOTA 8.2.21. Indicação / Justificação das provisões extraordinárias de elementos do Ativo Circulante

Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor, tal não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.

NOTA 8.2.22. Valor Global das Dívidas de Cobrança Duvidosa

Após análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, verificou-se a existência de movimentos contabilísticos, na rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, de acordo com as regras constantes na constituição e reforço da rubrica no montante de 825,00€, bem como, a anulação no montante de 5.378,01€, respeitante a pagamentos efetuados por terceiros, e ou a anulações de receita de acordo com as deliberações, decorrentes durante o ano de 2014, do executivo municipal, devido ao falecimento de alguns utentes/contribuintes, entre outras situações alheias ao Município.

NOTA 8.2.23. Valor das dívidas de e ao Pessoal da Autarquia

Após análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, verifica-se que não existem dívidas de e ao pessoal da autarquia.

NOTA 8.2.24. Obrigações e Outros Títulos Emitidos

Relativamente à quantidade e ao valor nominal das Obrigações e Outros Títulos emitidos pela Autarquia Local, tal não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.

NOTA 8.2.25. Dívidas na conta “Estado e Outros Entes Públicos”

No que concerne à discriminação das dívidas que se incluem na conta “Estado e Outros Entes Públicos” esta afigura-se no montante de 109.235,66€, referente ao valor retido aos funcionários no âmbito dos descontos para a ADSE, IRS, ISS e CGA, em que o prazo limite de pagamento cessa aos 20 dias do mês seguinte a que diz respeito.

NOTA 8.2.26. Descrição Desagregada das Responsabilidades, por Garantias e Cauções prestadas e Recibos para Cobrança

O presente mapa reflete os movimentos contabilísticos efetuados no âmbito das Garantias e Cauções prestadas, acionadas e devolvidas, referente a contratos celebrados com a Autarquia.

CÓDIGO POCAL		Saldo da Gerência		Movimento anual		Saldo para a Gerência Seguinte
		Anterior(1)	Devolvidas (3)		(5)=(1)+(2)-(3)-(4)	
Código	Descrição		Prestadas (2)		Acionadas (4)	
	Garantias e Cauções	180.445,20€	17.923,44€	75.454,05€	0,00 €	122.914,59€
09	Garantias e cauções de empreitadas					
09	Cadnorida Construções, Lda.	281,50€	0,00€	0,00€		281,50€
09	Construções Armando Ferreira, Lda	11.328,94€	1.114,42€	1.137,28€		11.306,08€
09	Construções Pedro Pinto, S.U. Lda	718,26€	0,00€	0,00€		718,26€
09	Construções da Quelha, Lda	1.905,41€	0,00€	0,00€		1.905,41€
09	Construções Quinta Viana, Ld ^ª	4.538,11€	0,00€	0,00€		4.538,11€
09	CPU - Consultores,Lda	1.172,18€	0,00€	0,00€		1.172,18€
09	Engisun, Lda	0,00€	4.708,33€	0,00€		4.708,33€
09	Fontaberta Unipessoal, Lda	4.483,98€	1.500,64€	1.795,39€		4.189,23€
09	Geogranitos - Pedreiras de Amarante, Lda	28.807,18€	0,00€	28.807,18€		0,00€
09	Higino Pinheiro & Irmão, Lda. Const. Civil e Obras Públicas	1.656,46€	4.373,91€	0,00€		6.030,37€
09	Manuel Correia de Almeida	703,81€	0,00€	0,00€		703,81€
09	Manuel Guedes Monteiro	140,50€	0,00€	0,00€		140,50€
09	Manuel Vieira & Irmãos, Lda	17.293,73€	0,00€	6.598,71€		10.695,02€
09	Pôncio Alves Janeiro, Lda	250,40€	0,00€	0,00€		250,40€
09	Proengel - Projetos de Engenharia e Arquitetura, Lda	229,45€	0,00€	0,00€		229,45€
09	Sociedade de Construções Fonte do Arco, Lda	141,50€	0,00€	0,00€		141,50€
09	Sociedade de Construções Pav e Obras Públicas, Lda	37.115,49€	0,00€	37.115,49€		0,00€
09	Sociedade Empreitadas Adriano, Lda	906,91€	0,00€	0,00€		906,91€
09	Sociedade Empreitadas do Marco, Lda	66.893,93€	0,00€	0,00€		66.893,93€
09	Tudorosa, Lda	423,72€	6.226,14€	0,00€		6.649,86€
09	Zeferino Alves de Matos	1.453,74€	0,00€	0,00€		1.453,74€
09	Cauções prestadas em papel	463.804,75€	70.640,67€	153.683,17€	74.070,15€	306.692,10€
09	Outras cauções prestadas	3.845,26€	400,00€	800,00€	0,00€	3.445,26€
	SUBTOTAL	648.095,21€	88.964,11€	229.937,22€	74.070,15€	433.051,95€
09	Recibos para cobrança	7.470,21€	34.778,50€	40.017,30€	0,00€	2.231,41€
	TOTAL	655.565,42€	123.742,61€	269.954,52€	74.070,15€	435.283,36€

NOTA 8.2.27. Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas**Dívidas de Terceiros**

Foram reforçadas e constituídas em relação ao ano anterior Provisões para Cobranças Duvidosas no valor de 825,00€, referente à falta de pagamento dos valores em débito, por se considerarem cobranças em risco.

Foram ainda durante o ano de 2014, constituídas as provisões para Investimentos Financeiros, nomeadamente respeitante à participação no capital social e fundador da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro, SA e Fundação Museu do Douro, respetivamente, no montante total de 45.243,79€.

NOTA 8.2.28. Explicitação e Justificação dos Movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial” constante no Balanço

O Fundo Patrimonial apresentava um saldo de 3.288.048,76€, relativo a Património, Reservas Legais, Reservas Livres, Doações e Resultados Transitados. Os movimentos ocorridos na classe 5 foram os seguintes:

Incremento na conta 57.1 – Reservas Legais, no montante de 132.326,15€ e Reservas Livres, no montante de 57.253,15€, em resultado da aplicação de resultados de anos transatos;

Incorporação de -1.712.579,10€ do Resultado Líquido do exercício de 2013, na conta 59.1 – Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos;

Diminuição na conta 59 – Resultados Transitados provenientes de regularizações de inventariação do património, na rubrica dos Edifícios e Outras Construções – Amortizações Acumuladas, no montante de 2.426.550,30€, através da Nota de Lançamento n.º 1606, dado que o movimento no ano transato foi efetuado pela totalidade, assim procederam os serviços financeiros à regularização deste movimento em contra partida com a rubrica Resultados Transitados.

NOTA 8.2.29. Demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas

Neste exercício económico foi possível calcular o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas do Posto de Turismo, Bar da Piscina Municipal Descoberta, bem como, do Centro Escolar de Mesão Frio (alimentação do 1.º Ciclo e Pré - Escolar). Foi ainda realizada a contagem física dos bens em armazém.

8.2.29.1 Posto de Turismo

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	46.162,86€	
Compras	0,00€	
Regularizações de existências	33.786,49€	
Existências finais	12.178,95€	
Custos do exercício	197,42€	

8.2.29.1 Bar da Piscina Municipal Descoberta

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	302,12€	
Compras	5.688,39€	
Regularizações de existências	185,73€	
Existências finais	37,70€	
Custos do exercício	5.767,08€	

8.2.29.1 Centro Escolar de Mesão Frio (alimentação 1º Ciclo e Pré Escolar)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00€	
Compras	47.458,77€	
Regularizações de existências	0,00€	
Existências finais	0,00€	
Custos do exercício	47.458,77€	

Assim, durante o exercício de 2014, o custo total com as atividades descritas anteriormente cifrou-se no montante de 53.423,27€, tendo as existências finais totalizando o montante de 12.216,65€, valor este representado no balanço na conta 32.1— Mercadorias, tal como se poderá verificar no quadro abaixo discriminado.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	46.464,98€	
Compras	53.147,16€	
Regularizações de existências	33.972,22€	
Existências finais	12.216,65€	
Custos do exercício	53.423,27€	

NOTA 8.2.30. Demonstração da Variação da Produção

Relativamente à Demonstração da Variação da Produção esta não é aplicável, dado que ainda não se encontra em funcionamento a aplicação do Armazém/Aprovisionamento.

NOTA 8.2.31. Demonstração dos Resultados Financeiros

Código da Conta	Custos e Perdas	2014	2013	Código da Conta	Proveitos e Ganhos	2014	2013
681	Juros Suportados	203.474,66€	212.315,24€		Juros Obtidos	156,17€	182,73€
682	Perdas em Entidades Participadas			782	Ganhos em entidades		
683	Amortizações em Imoveis			783	Rendimento em Imoveis		
684	Provisão para Aplicações Financeiras	45.243,79€		784	Ren. Part. Capital		
685	Diferenças em Câmbios			785	Diferença em Câmbios		
687	Perdas em Alienação de Aplicações Te.			786	Desc. PP		
688	Outros custos financeiros	4.619,82€	11.010,39€	787	Ganhos em Al. Aplic. Tes.		
				788	Outros PG Financeiros		235,60€
Total dos Custos e Perdas Financeiras		253.338,27€	223.325,63€	Total Proveitos e Ganhos Financeiros		156,17€	418,33€
82 - Resultados Financeiros							
-253.182,10€							

NOTA 8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código da Conta	Custos e Perdas	2014	2013	Código da Conta	Proveitos e Ganhos	2014	2013
691	Transferências. Capital Concedidas	0,00€	35.448,88€	791	Restituição de Impostos		
692	Dívidas Incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	185,73€	286,30€	793	Ganhos em existências		
694	Perdas em Imobilizações	271.504,83€	849,65€	794	Ganhos em Imobilizações	5.500,00€	10.000,00€
695	Multas e Penalidades			795	Benefícios Contratuais	1.549,71€	1.058,06€
696	Aumento das Amortizações e Provisões.			796	Reduções Amortizações. e Provisões.	5.378,01€	0,00€
697	Correções de Res. Exer. Ant.	132.690,20€	26.022,12€	797	Correções de Res. Exer. Ant.	2.462,19€	2.012,91€
698	Outros Custos Extraordinários	217,32€	81,63€	798	Outros Proveitos Extraordinários	364.711,03€	294.531,79€
Total dos Custos e Perdas Extraordinários		404.598,08€	62.688,58€			379.600,94€	307.602,76€
		84 - Resultados Extraordinários					
		-24.997,14€					

NOTA 8.2.33. Informações Relevantes face à Posição Financeira

Durante o exercício de 2014, os serviços financeiros procederam à realização de todos os movimentos contabilísticos respeitantes aos princípios subjacentes ao cálculo dos Acréscimos e Diferimentos, nomeadamente:

Acréscimos de Custos, reflete os custos no exercício relativos à estimativa com a componente de férias e encargos com férias que serão pagos no ano seguinte;

Acréscimos de Proveitos, reflete os proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício (s) posterior (es);

Proveitos Diferidos, refletem os proveitos a reconhecer nos exercícios seguintes.

Custos Diferidos, refletem os custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

Na Demonstrações de Resultados do exercício, não reflete o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, na sua totalidade, dado que não se dispõe de dados suficientes para o seu lançamento, pois, a gestão de stocks e armazéns ainda não se encontra a funcionar na sua plenitude.

Existe ainda a necessidade dos serviços da autarquia darem continuidade ao trabalho desenvolvido, nos últimos anos, no que concerne à inventariação e avaliação dos Bens Imóveis (Avaliação dos Edifícios, Terrenos, Bens de Domínio Público, e outros) e Bens Móveis Municipais, que ainda se encontram para validar e ou concluir por vicissitudes várias.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

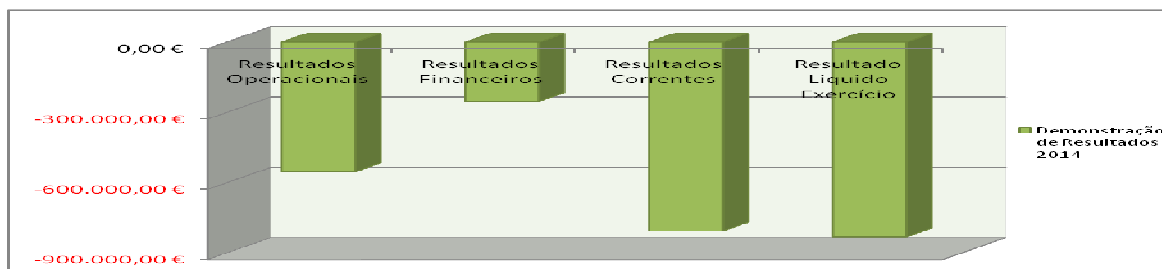
O resultado líquido do exercício de 2014, apresenta valor negativo no montante de 831.354,40€, não podendo assim efetuar-se qualquer aplicação do resultado obtido, de acordo com os pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 do POCAL, classificando-se diretamente na conta patrimonial os resultados transitados.

Conta 59 - Resultados Transitados (831.354,40€)

A saber,

- **Resultados Operacionais** -553.175,16€
- **Resultados Financeiros** -253.182,10€
- **Resultados Correntes** -806.357,26€
- **Resultado Líquido Exercício** -831.354,40€

Demonstração de Resultados 2014



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2014

O presente documento é parte integrante da Prestação de Contas 2014, **RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO FINANCEIRO DE 2014**, contêm 48 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foi apreciada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mesão Frio, realizada em 16 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal:

(Alberto Monteiro Pereira, Dr.)

Os Vereadores:

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O presente documento é parte integrante da Prestação de Contas 2014, **RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO FINANCEIRO DE 2014**, contêm 48 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foi submetida à apreciação em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mesão Frio, realizada em 24 de abril de 2015.

O Presidente da Assembleia Municipal:

(Carlos Alberto Esteves Miranda, Dr.)

Os Secretários:
